Fundação **Casa de Rui Barbosa**

www.casaruibarbosa.gov.br

Políticas culturais no Amazonas (1997-2010)*

Rila Arruda da Costa**

Resumo: A partir da constatação da expansão ocorrida nos últimos treze anos quanto ao volume de recursos investidos nas mais diversificadas áreas de produção cultural no Amazonas, o artigo tenta ressaltar o papel desempenhado pelo poder público em prol do incentivo e fomento na política cultural. Não há dúvidas de que a realização de uma série de festivais e de eventos atrelados aos mais variados ramos de expressão artística ao longo dos últimos anos no Estado explicitam o grau de aprimoramento que o poder público foi obrigado a alcançar para lograr a efetivação de uma política cultural mais expressiva.

Palavras-chave: política cultural, gestores culturais, artistas.

Introdução

O artigo demonstra uma análise da política cultural no Amazonas, com enfoque nos órgãos públicos de cultura (municipal e estadual) a partir de dados oficiais, dos principais projetos implementados e entrevistas realizadas com gestores culturais[1]. A análise, por sua vez, está assentada em dois tópicos: primeiro, uma análise do poder

* Este artigo é produto de uma pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), financiada pelo Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq), e posteriormente utilizado para um capítulo da minha dissertação de mestrado.

** Cientista Social e Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: rila.arruda@gmail.com.

[1] Dados e entrevistas obtidas no trabalho de campo em 2007, durante a pesquisa de iniciação científica (PIBIC) na graduação em Ciências Sociais.

público municipal, ou seja, alguns aspectos da extinta Fundação Villa-Lobos (FVL), depois Secretaria Municipal de Cultura (SEMC) que, posteriormente, transformou-se na Fundação Municipal de Cultura e Arte (ManausCult); segundo, uma análise do poder público estadual, a partir de dados de projetos culturais, da estrutura organizacional, da evolução orçamentária entre 1997 e 2010, da participação na receita do Estado, do volume de gastos com o pessoal da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), material este que serviu como fontes primárias para a pesquisa numa análise qualitativa.

1. Fundação Villa-Lobos à Fundação Municipal de Cultura e Arte

A Fundação Villa-Lobos (FVL) foi criada na cidade de Manaus em outubro de 1987 pelo Decreto nº. 5.963 com a finalidade de amparar e estimular as produções artísticas locais. A proposta era promover os diversos segmentos artístico-culturais da cidade de modo a descobrir, resgatar, produzir e divulgar o trabalho artístico. Durante o período compreendido entre 1987 e 2006, a responsabilidade em torno da implementação das principais políticas culturais para a cidade de Manaus foi da FVL. Por conseguinte, foram apoiados mais de 1.500 (mil e quinhentos) projetos culturais, dentre eles: apoio ao calendário de festas nos bairros; apoio a eventos específicos; publicação de livros; criou-se o programa “Pequenos Projetos, Grandes Idéias” (PPGI), fomentando a produção cultural em diversos seguimentos como teatro, dança, música, cinema, pintura e escultura; além da criação da Orquestra Sinfônica de Manaus[2].

Em 2001, a FVL deu início ao projeto “Valores da Terra”, visando garantir oportunidade aos artistas para a concretização de seus projetos na música, no teatro, na dança e na literatura. O projeto proporcionou aos artistas gravações de CD’s e pagamentos de seus shows e performances pela Fundação. A tiragem de CD’s na primeira versão foi de 150 mil cópias de 53 CD’s, em sua maioria de temáticas regionais.

[2] Dados obtidos através do site da Prefeitura Municipal de Manaus. Disponível em: <www.manaus.am.gov.br/cultura>.

Ainda no período de existência da FVL, foi criado o Conselho Municipal de Cultura, em 2003, que, segundo Daniel Valentim (2006), tem o objetivo de gerir o Fundo Municipal de Cultura, embora só tenha sido efetivado em 2004.

> Era uma reivindicação antiga do movimento artístico da cidade (ligada ao modelo de Fundo), que descentralizaria o acesso dos artistas aos recursos públicos e possibilitaria uma participação maior do movimento nas ações culturais da prefeitura, pois ele é formado majoritariamente por representantes eleitos de cada segmento artístico. O restante das vagas é preenchido pelos indicados por alguns órgãos municipais, responsáveis pelas pastas de Educação, Turismo, Esportes e Lazer (VALENTIM, 2006).

A reforma administrativa implementada pela prefeitura de Manaus em 2006 extinguiu a Fundação Villa-Lobos e sancionou a criação da Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela FVL e ampliar os projetos culturais com o orçamento do poder executivo municipal e em parceria com empresas privadas. No começo do ano de 2009, com novas mudanças administrativas, foi extinta a Secretaria Municipal de Cultura, que voltou a ter caráter de fundação e, aglomerada ao segmento do turismo, criou-se a Fundação Municipal de Cultura e Turismo (ManausCult). Em 2010, houve a separação do setor de turismo com a criação da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, logo a ManausCult se tornou a Fundação Municipal de Cultura e Arte, ficando somente com o segmento cultural.

No curto período de atuação da Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), houve mais 151 projetos apoiados e foi criado o Projeto “Regatão Cultural”, para dar continuidade ao Projeto “Valores da Terra”, e também o prolongamento do programa “Pequenos Projetos, Grandes Idéias” (PPGI).

O “Projeto Regatão Cultural” foi proposto pelo Conselho Municipal de Cultura à Fundação Villa-Lobos (FVL) e depois, com a criação da Secretaria, o projeto foi

executado[3]. Segundo Valentim, o projeto viria como forma de começar a corrigir o abismo entre periferia e centro, pois o centro da cidade comporta quase todos os espaços culturais mantidos pela Secretaria de Estado de Cultura – SEC (órgão ligado ao âmbito da administração estadual). A formação artística foi o objetivo principal do "Regatão", uma vez que, para o Conselho, esse é o ponto fraco quando o assunto é cultura na região (VALENTIM, 2006). Esse projeto visou à difusão da produção artística local, à busca de novos talentos e ao reconhecimento dos artistas, além de aproximar as comunidades das mais diversas manifestações culturais. O projeto foi realizado em cada zona da cidade de Manaus durante sete meses (de maio a novembro de 2007) em parceria com associações de bairros, escolas da rede pública e núcleos paroquiais.

O programa "Pequenos Projetos, Grandes Idéias" (PPGI) esteve dividido em etapas: shows e exposições no Amazonas Shopping; espetáculos no Mercado Cultural (espaço criado no Passeio do Mindu); mostras de documentários no Museu do Homem do Norte e na Biblioteca Municipal; e apresentações teatrais e de dança no Teatro Uninorte.[4] Os espaços culturais oficiais da SEMC para programações foram: Memorial Álvaro Maia (Salão dos Artistas); Biblioteca Municipal João Bosco Pantoja Evangelista; Museu do Homem do Norte; Parque Ponte dos Bilhares; e Centro Cultural São José III (espaço onde foi inaugurado o Projeto Regatão Cultural).

Na visão de Faria & Souza (1998), o setor cultural sempre foi visto como um conjunto de ações ou programas desarticulados (oficinas, exposições, bienais, festivais, etc.) e nem sempre o planejamento das prefeituras inclui uma política municipal de cultura de verdade. Como podemos perceber: movimento artístico da cidade (ligada ao modelo de Fundo), que descentralizaria o acesso dos artistas aos recursos públicos e possibilitaria uma participação maior do movimento nas ações culturais da prefeitura, pois ele é

[3] Segundo Otto Beltrão (sem ano), em 1991 houve a tentativa de implantar um projeto de política cultural para o interior do Estado chamado "Regatão da Cultura" através da Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação do Estado – SEDUC.

[4] Dados obtidos através de informativos distribuídos pela Prefeitura Municipal de Manaus.

formado majoritariamente por representantes eleitos de cada segmento artístico. O restante das vagas é preenchido pelos indicados por alguns órgãos municipais, responsáveis pelas pastas de Educação, Turismo, Esportes e Lazer (VALENTIM, 2006).

> Para se estabelecer um trabalho mais abrangente, é preciso definir uma política municipal de cultura articulada com o desenvolvimento local e incluindo prioridades e estratégias no plano de governo, ou seja, a cultura no município deve ter lugar não apenas na secretaria ou órgãos afins, nem deve se restringir às atividades culturais realizadas nos "templos" da cultura (casa de cultura, biblioteca, museu, etc.), mas desbordar para as casas, as ruas, o bairro, a escola, a igreja, a câmara de vereadores, as secretarias, as associações e sindicatos. O papel da cultura é instigar o cidadão a realizar sua cidadania e participar ativamente da dinâmica da cidade (FARIA & SOUZA, 1998).

A política cultural desenvolvida na cidade de Manaus pela antiga SEMC e pela ManausCult não é diferente de outras secretarias de cultura municipais pelo Brasil. Está muito restrita à política de eventos, o que dificulta o real cumprimento das ações de gestão municipal. Teixeira Coelho (2004) retrata essa questão da política de eventos quando afirma:

> Esta expressão é ainda usada para designar o exato oposto de uma política cultural: designa um conjunto de programas isolados – que não configuram um sistema, não se ligam necessariamente a programas futuros – constituídos por eventos soltos uns em relação aos outros. É exemplo de uma política de eventos a organização ou apoio a shows musicais, mostras de teatro ou cinema, realização isolada de filmes ou concertos. [...] A política de eventos tem sido criticada por seu caráter alegadamente imediatista (ação que se encerra em si mesma, sem deixar resíduos) e, eventualmente, oportunista (serve ocasionalmente para promover políticos, partidos, beneficiar artistas, etc.). É fácil de ser posta em prática, bastando que existam recursos econômicos (COELHO, 2004, p. 300-301).

A partir das informações citadas das ações do poder público municipal, pode-se constatar que a SEMC teve uma atuação que visou descentralizar os projetos e as atividades culturais do centro de Manaus, ainda que alguns dos projetos desenvolvidos

sejam propostas do Conselho Municipal de Cultura. Portanto, mesmo o poder público municipal tendo um papel ainda ausente na cidade de Manaus, comparada à Secretaria de Estado de Cultura (SEC), ainda assim, a esfera municipal tem direcionado suas políticas pensando na periferia e na formação artística (a exemplo do projeto Regatão Cultural). A sua pouca visibilidade e atuação de forma menos abrangente pode ser resultado: a) da desestruturação contínua que a Fundação Villa-Lobos sofreu antes de sua extinção; b) da recente criação da secretaria (2006) e das várias mudanças de secretários; c) do retorno à sua condição de fundação; d) do limitado orçamento repassado pela Prefeitura para o setor cultural, ou seja, sem dispor de um arranjo orçamentário fixo, o que dificulta qualquer ação cultural efetiva.

2. Secretaria de Estado de Cultura - SEC

A organização administrativa do Estado passou por várias mudanças ao longo dos anos. O setor da cultura teve sua estrutura modificada também em diversas ocasiões. Pode-se verificar que as ações de governo voltadas para o setor cultural foram, inicialmente, elaboradas por meio de departamento, ou setor, da Secretaria de Estado da Educação e Cultura; depois elevadas à condição de autarquia, dividida em vários órgãos, bem como a criação de fundações, todas vinculadas ao sistema de educação estadual; tendo posteriormente atingido seu *status* atual como parte da administração pública direta do poder executivo estadual.

Até 1996 o setor da cultura ainda fazia parte da Superintendência de Cultura, vinculada à Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), porém, em 1997, tornou-se Secretaria juntamente com o setor de Esportes e Estudos Amazônicos. No ano de 1998, houve a retirada da área de Esportes e, no ano seguinte, agregou-se o setor de Turismo, sendo então denominada como Secretaria de Cultura e Turismo; todavia, em 2000, a Secretaria acrescentou novamente o setor de Esportes. Finalmente, em 2003, o setor da Cultura constituiu-se como Secretaria, sem liame direto com outros setores do Estado: a Secretaria de Estado de Cultura (SEC), vinculada ao governo do Estado do

Amazonas, que tem como objetivo executar a política cultural, promovendo seu desenvolvimento e articulação em parceria com organizações públicas e privadas.

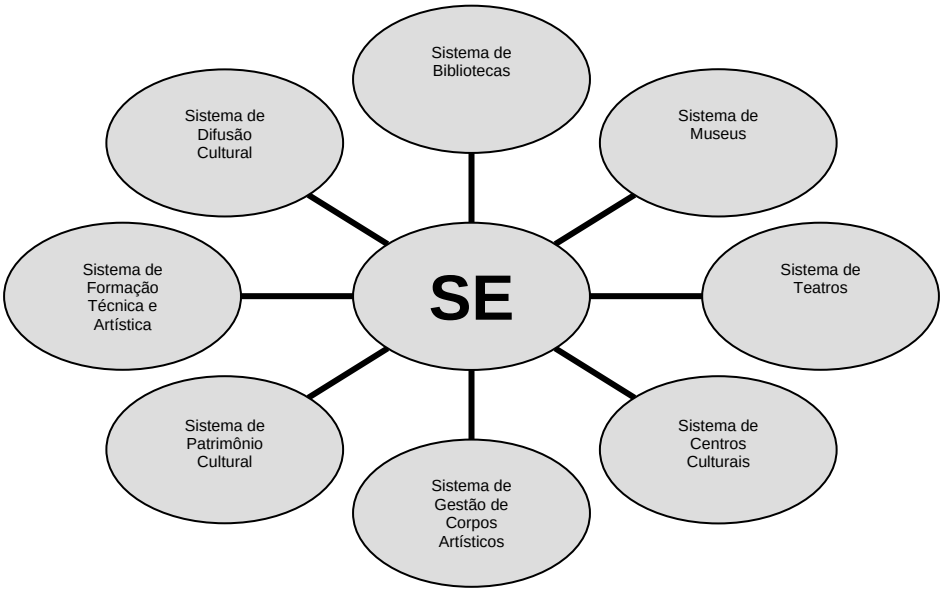
Ao longo dos últimos treze anos vêm sendo executados diversos programas e projetos culturais, agregando as mais variadas manifestações artísticas como: artes plásticas, dança, teatro, música popular e erudita, literatura, cinema e vídeo, circo, folclore e festas populares, patrimônio histórico artístico e arquitetônico, patrimônio imaterial, recomposição e salvamento de acervos, coleções públicas e particulares[5].

A organização implementada pela SEC está baseada num gerenciamento sistêmico que subdivide suas atuações sob uma coordenação única, a fim de estruturar suas funções com a atuação de seus gestores[6].

[5] Dados cedidos pela Assessoria de Planejamento da SEC.

[6] Idem.

Secretaria de Estado de Cultura - SEC
Organização Sistêmica



Fonte: SEC-AM

Segundo dados da própria Secretaria, o gerenciamento sistêmico permite articular e controlar as atividades culturais de forma integrada, facilitando a troca de informações, a normatização dos procedimentos técnicos e financeiros, o que permite a racionalização das ações e a otimização dos custos.

Num trecho da entrevista que foi realizada com uma gestora cultural, podemos perceber o processo estrutural da SEC:

> [...] antes não existia estrutura na área cultural que existe hoje, isso é inegável; então, como a gente reconhece todo o trabalho que é efetuado pela secretaria, eu acho que foram circunstâncias de muito trabalho. À medida que a Secretaria de Cultura foi fazendo o seu trabalho de forma cada vez mais profissional e especializada, isso possibilitou um aporte maior de recursos por conta do Estado e também de patrocínio da empresa

> privada, por que nós temos bons produtos e a gente pode vender esses produtos para empresas privadas que querem associar sua marca a esses produtos de qualidade como o Festival de Ópera, Festival de Jazz, Festival de Teatro. Então, eu acho hoje, depois de dez anos de Secretaria de Cultura, que ela depende muito desse aporte financeiro pelo Governo do Estado, mas também já está buscando parcerias com empresas privadas para patrocinar os eventos da Secretaria (Cristiana Brandão, Diretora do Centro Cultural Cláudio Santoro e do Liceu de Ofícios).

A partir dessa citação, pode-se afirma que o setor cultural da cidade de Manaus tem sido colocado num patamar respeitável, como uma atividade profissional e sendo até apontado como o grande diferencial na afirmação da identidade cultural (Cunha, 2003).

Em outra entrevista, outra gestora relata sobre o crescimento da SEC em relação ao que era antes do ano de 1997:

> [...] antigamente, no ano de 1996, não existia nenhum centro cultural, você só tinha a biblioteca pública para atender toda a comunidade de Manaus e o Teatro Amazonas, de forma muito precária. Hoje quantos centros culturais nós temos? Nós temos uns dez centros culturais. Nós temos 7 teatros, 7 bibliotecas, 8 centros culturais. O Palácio Rio Negro, Palácio da Justiça, quer dizer, a Secretaria de Cultura vem crescendo, crescendo cada vez mais e isso é um modo de investimento, é natural isso, agora isso teve toda uma evolução (Ana Ilka, Assessora de Planejamento).

Os quadros abaixo serviram de apoio para a análise, não como uma análise quantitativa da evolução dos investimentos do Estado no setor cultural, mas como um instrumento a fim de propiciar uma visão geral do desenvolvimento e do papel da política cultural no Estado, apesar dos primeiros anos não mostrarem o orçamento destinado somente à cultura.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SEC

ANO	INSTITUIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO
1996	CULTURA/SUPEC	6.990.400,00	1.600.256,00
1997	Secretaria de Cultura, Esporte e Estudos Amazônicos	14.848.918,36	5.571.806,10
1998	Secretaria de Cultura e Estudos Amazônicos	7.685.069,00	7.329.408,97
1999	Secretaria de Cultura e Turismo	11.141.755,00	14.896.966,61
2000	Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto	56.808.721,00	24.942.294,11
2001		84.223.093,00	52.944.359,07
2002		44.335.244,00	47.197.720,99
2003	Secretaria de Estado de Cultura	41.843.000,00	48.083.806,00
2004		34.657.000,00	54.383.611,76
2005		49.757.000,00	66.876.900,76
2006		64.970.000,00	72.270.000,00
2007		65.004.000,00	77.350.087,00
2008		66.174.000,00	77.940.471,00
2009		74.190.000,00	76.901.335,00
2010		75.160.000,00	-

Quadro 1
Fonte: SEC

Percebe-se, no quadro demonstrativo sobre a evolução orçamentária da secretaria, a relação entre os valores orçados e o que de fato foi realizado. Nos anos de 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001 os recursos foram realizados abaixo da previsão orçamentária; contudo, no ano de 1999 e entre os anos de 2002 e 2009, os recursos ultrapassaram os valores previstos nos orçamentos. Desse modo, é visto um aumento contínuo dos investimentos do poder público no que concerne ao setor cultural; no entanto, o crescimento orçamentário por si só, não define a formação e a boa aplicação das políticas públicas voltadas à cultura.

Ao refletir sobre a problemática da existência de vários setores compondo uma única secretaria, Durand (2001) afirma que não se sabe exatamente quantas prefeituras possuem secretarias de cultura e em quantas o setor da cultura é tratado através de secretarias de educação, esportes e turismo. Segundo este autor, quando há uma secretaria autônoma para a cultura nos organogramas estadual e municipal, não significa que essas secretarias sejam eficientes, ágeis e substancialmente melhores.

PARTICIPAÇÃO DA SEC NA RECEITA DO ESTADO

ANO	RECEITA DO ESTADO (R$)	GASTOS REALIZADOS PELA SEC (R$)	%
1999	2.264.489.972	11.563.806	0,51
2000	3.006.144.404	21.638.937	0,83
2001	2.593.158.468	45.138.019	1,50

Quadro 2
Fonte: SEFAZ/SEC

Nesses três anos de participação da SEC na receita do Estado, como indica o quadro acima, é fácil identificar um aumento visível nos gastos, porém, não substancialmente significativo quanto à evolução orçamentária do Estado. Assim, pode-se aplicar o que Durand afirma:

> É possível dizer que, do vértice de seus pesos numéricos, a cultura seja a área “número 1”. Quando está robusta e saudável representa não mais de um por cento dos orçamentos públicos, da população economicamente ativa, do produto nacional bruto. Isso indica que um incremento significativo de sua receita de origem governamental não deve trazer sacrifícios dramáticos a outras áreas sociais com carências mais graves (DURAND, 2001).

A SEC promove a implementação de projetos e eventos, diretamente ou por meio de apoio, a fim de enfatizar seus objetivos e responsabilidade em elaborar políticas culturais. As principais ações diretas da SEC consistem: na criação e manutenção de bibliotecas, museus, galerias, teatros e centros culturais, consistindo assim em 43 espaços culturais; na elaboração de uma programação cultural anual voltada para as

apresentações artísticas dentro dos espaços culturais; além da promoção de eventos como o Festival de Jazz, Festival de Teatro, Festival de Cinema e o Festival de Ópera. Assim, também a SEC apóia e incentiva eventos populares como o Festival Folclórico de Parintins, Festival de Ciranda de Manacapuru, a Festa do Guaraná de Maués e o Festival Folclórico do Amazonas, bem como oferece cursos de formação artística e financiamento aos pequenos projetos culturais.[7]

Inicialmente, pode-se constatar uma atuação regular em relação às políticas culturais por parte do poder público estadual, tendo em vista certa ausência na criação de políticas culturais por parte do município. Por conseguinte, os principais projetos, eventos e programações realizados pela SEC concentraram-se na região central da cidade de Manaus, em vez de uma política cultural mais voltada aos municípios do interior do Estado.

Segundo a diretora de eventos da SEC, Elizabeth Catanhede, os grandes eventos anuais da SEC começam com o Carnaval de Manaus, apoiando a AGEESMA (Associação do Grupo Especial de Escolas de Samba de Manaus) na realização dos desfiles das Escolas de Samba, no Desfile de Fantasias, Batalha de Confetes, Baile Infantil e o Carnaval do Povo nos bairros. Entre maio e abril ocorre o Festival Amazonas de Ópera; em junho, o Festival Folclórico do Amazonas e o apoio ao Festival Folclórico de Parintins; em julho, o Festival de Jazz; em agosto, com o apoio ao Festival de Ciranda de Manacapuru; em outubro, há o Festival de Teatro da Amazônia; em novembro, o Amazonas Film Festival e o apoio ao Festival do Guaraná em Maués; e finaliza com o Concerto de Natal em dezembro. A diretoria de eventos também coordena o Projeto “Escola Cidadã” e o Projeto “Cultura Tá na Rua” nos bairros[8].

Dois dos eventos promovidos pela SEC de repercussão internacional são o Festival Amazonas de Ópera (FAO) e o Amazonas Film Festival (Festival de Cinema). O

[7] Idem.

[8] A SEC também é umas das executoras do Projeto Jovem Cidadão nas escolas públicas.

Festival de Ópera foi implantado em 1997 e incentivou a criação dos corpos artísticos, destacando-se a Orquestra Amazonas Filarmônica, a Companhia de Dança do Amazonas e o Coral do Amazonas, todos criados para dar suporte ao evento.

O Festival de Ópera, como é visível no quadro abaixo, vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos dez anos com um forte crescimento, em relação à quantidade de espetáculos e apresentações. Entretanto, pode-se notar uma diminuição no ano de 2006 comparativamente a 2005. Não esquecendo que o Festival de Ópera é um evento que a SEC promove a partir de um apelo estribado no resgate de um passado de fausto regional: "Único evento do gênero na América Latina que se sustenta em dois fortes componentes simbólicos: o mítico Teatro Amazonas, construído em pela selva amazônica pelos barões do látex, em 1896, e o apaixonado fascínio que desperta o mundo das grandes produções líricas".[9] Um discurso recorrente que intenta promover um resgate de uma suposta "tradição" manauara do período do ciclo da borracha na chamada *belle époque* amazônica, período compreendido por volta de 1880 a 1910.

[9] Texto *Festival Amazonas de Ópera* cedido pela SEC.

RESUMO DOS 10 ANOS DE FESTIVAL AMAZONAS DE ÓPERA – FAO

ANO	FAO	ESPETÁCULOS	APRESENTAÇÕES		PÚBLICO		TOTAL GERAL DE PÚBLICO
			ESPAÇO FECHADO	ESPAÇO ABERTO	ESPAÇO FECHADO	ESPAÇO ABERTO	
1997	I	9	16	-	4.079	-	4.079
1998	II	9	18	-	4.191	-	4.191
1999	III	6	9	1	4.286	5.000	9.286
2000	IV	7	12	1	4.300	5.000	9.300
2001	V	7	14	1	6.104	5.000	11.104
2002	VI	8	18	1	7.422	10.000	17.422
2003	VII	8	12	2	16.571	30.000	46.571
2004	VIII	9	13	2	13.785	33.000	46.785
2005	IX	14	19	8	7.753	95.000	102.753
2006	X	8	14	4	8.089	85.000	93.089
TOTAL		85	145	20	76.580	268.000	344.580

Quadro 3
Fonte: SEC

Na verdade, a *belle époque*, para Ana Maria Daou (2000), era a manifestação das conquistas materiais e tecnológicas de uma sociedade burguesa vitoriosa, em uma época em que se expandiram as redes de comércio por todo o mundo. O dinamismo da economia internacional do final do século XIX propiciou a algumas cidades brasileiras um “progresso” que significou um novo modo de vida, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista sócio-cultural, transformando essas cidades em micro-cenários cosmopolitas nos quais as elites nacionais depositavam sua confiança no “progresso”.

Para Daou, a “vida social” em Manaus era uma imagem sem características amazônicas, mas sim com demasiada aparência importada, com um consumo cultural bem evidenciado. As elites frequentavam teatro, ópera, bailes, salões e encontros em

clubes. Todavia, a vida na cidade também tomava as ruas, assim como faziam as elites cariocas no apogeu de sua *belle époque*, a exemplo de bares e cafeterias com suas mesas e cadeiras nas calçadas bem ao costume francês. Torna-se notório nesse período a predominância de um novo estilo de "civilidade" dentro dos padrões de uma sociedade cosmopolita.

Dispor de um teatro, segundo Daou, era objeto de aproximação com Lisboa ou Paris, devido ao fato de os habitantes se inserirem na vida social da *belle époque,* ou das elites estrangeiras se sentirem como na Europa. As casas de ópera eram frutos da ideia de progresso que caracterizou o expansionismo econômico, institucional e cultural burguês do século XIX. Nesse período da *belle époque* amazônica, era comum a referência às casas de ópera e aos espetáculos ali encenados. O Teatro Amazonas em Manaus foi o símbolo máximo dessa época. Na tendência e nos padrões internacionais, a ópera constituía-se como símbolo do gosto mais refinado e, frequentar a temporada lírica, era uma das formas de distinção da elite. Os que frequentavam o teatro nutriam a fantasia de "civilização", de comunhão dos benefícios da modernidade.

Outro projeto da SEC é o programa chamado "Manaus *Belle Époque*" desenvolvido pelo Departamento de Patrimônio Histórico desde 1999, subdividido em quatro projetos. Esse programa tem por objetivo atingir mais de 400 imóveis do centro antigo da cidade, visando fomentar o turismo, a partir da revitalização de algumas das mais significativas áreas históricas da cidade de Manaus. A divisão do programa está assim designada: 1) revitalização da área de entorno do Teatro Amazonas, 2) revitalização da área de entorno do Mercado Adolfo Lisboa, 3) implantação da Rua de Serviços 24 horas e 4) revitalização de imóveis históricos.[10] Márcio Braz (2004), em um de seus artigos publicados em jornais locais, expõe seu posicionamento em referência ao resgate da *belle époque* manauara:

[10] Dados cedidos pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) - SEC.

> Eu não sou contra o resgate da *belle époque*. Muito pelo contrário, isto também faz parte da nossa cultura. Mas vale lembrar que "identidade" é "diversidade". Esta, portanto, é a cultura de nossa gente (referindo-se à cultura indígena). E não centralizar uma política cultural apenas em padrões de época europeus, colocando a charrete na frente dos bois. Aliás, em 1918, um naturalista suíço chamado Hans Blutschili numa conferência em Frankfurt, já dizia que a Amazônia urbana queria ser uma filial da cultura da Europa, mas não passava apenas de uma caricatura. Taí o Festival de Ópera deste ano para nos provar isso (BRAZ, 2004).

Em outro artigo, Valentim[11] mostra sua colocação frente aos aspectos dos eventos da política cultural local:

> Bem, temos um festival de ópera que já dura dez anos, montando Wagner pra turista americano achincalhar; e um festival internacional de cinema que, na terceira edição, quase não foi visto, pois as sessões no Teatro Amazonas estavam bem vazias e os telões armados em terminais de ônibus – em prol da famosa "popularização" da cultura –, exibindo os filmes do *Um Amazonas* (festival de filmes de um minuto produzidos aqui), não conseguiam conquistar a atenção do povo na difícil disputa com a novela da hora do rush (VALENTIM, 2006).

No entanto, o Festival de Ópera é um evento representativo do pólo de produção erudita e desempenha um papel estratégico do ponto de vista da política cultural na medida em que congrega a música, o teatro, a dança e o canto lírico. Porém, o discurso defendido pela SEC é de que o festival é um resgate da tradição da *belle époque* manauara e que sua criação seria um "contraponto" ao Festival Folclórico de Parintins (evento expressivo da cultura popular). Tudo isso nos mostra uma busca incessante por uma identidade cultural regional.

Essa questão do resgate da *belle époque* manauara, como o programa Manaus *Belle Époque* e o Festival Amazonas de Ópera, mostra como as questões da memória e da tradição estão evidenciadas nas ações culturais implementadas pelo Estado. Ações

[11] Artigo "Nossa cara, nossa voz, nosso Fórum". Disponível em: <www.overmundo.com.br>.

estas que são promovidas a partir de um apelo estribado no resgate de um passado de fausto regional, havendo assim uma dupla problemática: a memória é algo que não pode ser pensado somente para congelar o que estava no passado; e a questão do resgate de tradição pode ser recriada ou simplesmente inventada.

Para elucidar a questão da memória em política cultural, Coelho (2004) explica que a memória sempre foi instrumento privilegiado das políticas patrimonialistas:

> [...] nesta sua função fragmentante a memória compartilha da natureza da ideologia enquanto discurso fragmentário com a coerência de uma neurose: dá uma versão de um passado (identidade nacional) construído segundo os interesses e necessidades do grupo e da cultura dominante e oblitera, por regressão e recalque, a atualidade viva. Nesse desenho, a política cultural patrimonialista (e passadista) opõe-se à política cultural dita criacionista (ou executiva), voltada esta para o apoio à produção de uma cultura nova, feita aqui e agora para o indivíduo daqui e de hoje. Também esta política criacionista, de seu lado, pode revestir-se de formas patológicas ao defender obsessivamente o tempo atual desligado do tempo passado e em oposição a este (COELHO, 2004, p. 250).

Por “tradição inventada”, Hobsbawm (2002) denomina as tradições realmente inventadas, construídas e institucionalizadas, e as que surgiram e dificilmente podem ser localizadas no tempo (num curto tempo do passado), podendo em qualquer uma dessas haver um processo de formalização e ritualização com a característica específica ao passado, ainda que apenas pela imposição da repetição. Hobsbawm define “tradição inventada” como:

> [...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2002, p. 9).

Contudo, a política cultural por parte do poder público no Amazonas, a partir dos dados elucidados, demonstra um crescimento aparente, bem como sua evolução orçamentária (SEC), diversos projetos, apoio a eventos populares, promoção de eventos, formação

artística, criação de espaços culturais e etc. As políticas da Prefeitura de Manaus ainda não têm a mesma notoriedade que o Estado, assim como não dispõe do mesmo arranjo orçamentário. Todavia, essas ações culturais têm se direcionado para um objetivo principal, que é a busca e a afirmação de uma identidade cultural. O que implica nessas políticas é o exacerbado resgate da *belle époque* manauara, ausência no interior do Estado, centralização das atividades culturais no centro de Manaus, o caráter imediatista dos eventos e somente em prol do turismo cultural.

Considerações finais

É evidente a expansão ocorrida nos últimos treze anos quanto aos investimentos do poder público. A política cultural do Estado, além do seu intenso crescimento, tem implementado uma forte política de eventos, nas quais se percebe uma busca intensa por uma identidade cultural assim como um resgate da *belle époque* (a exemplo do Festival de Ópera e do Programa Manaus *Belle Époque*) e uma priorização do turismo cultural. Entretanto, não se trata de negar as ações e os eventos, mas sim contextualizá-los nas políticas públicas que possam colaborar no desenvolvimento humano e na valorização cultural.

As políticas culturais desenvolvidas pelo poder público municipal ainda estão tendo um papel, de certa, forma ausente na cidade de Manaus, comparada com a atuação da SEC, porém lá predomina uma visão de descentralização das atividades do centro da cidade. As ações da SEC têm uma atuação muito presente e houve contínuo investimento orçamentário nesses últimos anos, mas estão direcionadas somente para a capital do Estado, mais especificamente uma atuação no centro de Manaus, sendo apenas três os municípios do Estado onde há apoio a eventos populares (por exemplo, em Manacapuru, Maués e Parintins), o que dificulta a presença efetiva dessas políticas no interior do Estado.

A maioria dessas políticas implantadas está voltada somente para as manifestações artísticas e intelectuais, esquecendo que a cultura tem que ser valorizada em sua dimensão geral, com a inserção de políticas para os valores, tradições e costumes

étnicos. O Amazonas não pode ser pensado como “uma” cultura homogênea que precisa ser valorizada, mas como um compósito de culturas.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Otto. *Realidade da Amazônia Brasileira*. Volume Amazonas, sem ano, p. 91-95.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004, p. 99-181.

BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. Barueri: Manole, 2003.

BRAZ, Márcio. Um espectro ronda a cultura. *O Estado do Amazonas*, Manaus, 28 jul. 2004. Caderno de cultura, Palco.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural; cultura e imaginário.* 3. ed. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2004.

CUNHA, Maria Helena. Formação do profissional de cultura: desafios e perspectivas. In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. Barueri: Manole, 2003, p. 103-106.

DAOU, Ana Maria. *A* belle époque *amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol. 15, n. 2, 2001, p. 66-72.

FARIA, Hamilton. Políticas de cultura e desenvolvimento humano das cidades. In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. Barueri: Manole, 2003, p. 35-51.

FEIJÓ, Martin Cezar. As políticas culturais da globalização. In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. Barueri: Manole, 2003, p. 19-22.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). Introdução. In*: A invenção das tradições.* Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

Sites:

FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir de. *Política Municipal de Cultura* (1998).

Disponível em: <http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas>. Acesso em: novembro de 2006.

VALENTIM, Daniel. Nossa cara, nossa voz, nosso Fórum (2006). Disponível em: <www.overmundo.com.br> Acesso em: entre o mês de janeiro e abril de 2007.

_____. Onde não há palco, nem escola (2006). Disponível em: <www.overmundo.com.br>. Acesso em: entre o mês de janeiro e abril de 2007.

Disponível em: <www.manaus.am.gov.br/cultura>. Acesso em: junho de 2007.

Disponível em: <www.sec.am.gov.br>. Acesso em: novembro de 2009.

Disponível em:<www.culturadoam.blogspot.com.br>. Acesso em: dia 05 de abril de 2010.